

---

## RESPOSTA AO PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO 01/2023

---

Belo Horizonte, 08 de novembro de 2023.

Trata-se de Impugnação ao Edital do Pregão Eletrônico Sesc em Minas n.º 000197-23 – Processo nº 004005-00997, cujo objeto é contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva do sistema de climatização e exaustão mecânica das unidades do Sesc em Minas.

### 1 - DA TEMPESTIVIDADE

Conforme item 4.1. do Edital convocatório, o prazo fatal para a apresentação de impugnação é de até 02 (dois) dias úteis anteriores à data de abertura da Sessão de Licitação, excluindo-se da contagem a data da sessão, programada para 24/10/2023. Dessa forma, considerando que a impugnação foi apresentada em 18/10/2023, esta foi tempestiva.

### 2 – DA IMPUGNAÇÃO

Desta feita, abaixo transcrevemos trechos para entendimento do ponto impugnado. Em síntese, é impugnado a ausência de exigências mais robustas da qualificação técnica e qualificação econômico-financeira, alegando a impugnante o seguinte:

“Os quesitos exigidos para fins de comprovação da qualificação técnica, são aqueles previstos no item 10.4 do Edital e no item 12 do Termo de Referência, sem necessidade de mencioná-los, verificou-se que, as exigências previstas são “simplórias” a luz do que o SESC/MG pretende contratar, qual seja, serviços de manutenção preventiva e corretiva do sistema de climatização e exaustão mecânica das unidades do Sesc em Minas.

Portanto, em análise ao objeto da licitação em observação aos quesitos técnicos necessários para atender a demanda da administração, a contento, é primordial adicionar as exigências de ordem técnica que serão propostas, pois essas obrigatoriamente devem compro a qualificação da empresa que venha a ser selecionada, pois representam características de ordem técnica inerentes a capacidade operacional e profissional mínimas para a execução daqueles serviços.

Em razão disso, segue as sugestões de exigências de qualificação técnica que, as licitantes devem comprovar por meio de seus Atestados de Capacidade Técnica, comprovando assim experiência anterior necessária para atendimento do objeto da licitação:”

...

Considerando todo exposto, torna-se evidente que o edital de licitação necessita de revisão, de modo a assegurar que as cláusulas do edital estejam em conformidade com os requisitos de qualificação técnica, operacional e profissional, bem como os critérios de qualificação econômico-financeira, compatíveis com a capacidade necessária da empresa que será contratada para executar os serviços especificados neste processo licitatório, garantindo, assim, a eficaz execução dos serviços conforme as exigências estabelecidas.

Nesse sentido, alterar o edital para as sugestões propostas, é atender ao princípio administrativo da eficiência previsto na Carta Magna, garantindo que os recursos destinados a presente contratação, sejam efetivamente assistidos pela eficiência necessária para atender a demanda do SESC/MG.

Outrossim, restando a devida retificação do instrumento convocatório, as alterações editalícias vem acompanhada do dever de obedecer aos prazos previstos de publicidade (art. 2º, da Resolução nº 1252/2012), considerando o previsto no inciso V, do art. 5º, da mesma resolução, que estabelece 8 (oito) dias de publicação prévia a abertura do certame para a modalidade Pregão.

Ainda, em complemento, determina o TCU por meio do Acórdão nº 1197/2010 – TCU – Plenário, Relator Ministro Augusto Sherman Cavalcanti, o seguinte:

9.2.2. atente para a necessidade de divulgação, pela mesma forma que se deu o texto original, das eventuais alterações do instrumento convocatório, com a reabertura do prazo inicialmente estabelecido, mesmo em hipóteses que resultem na ampliação do universo de competidores, a fim de viabilizar que os novos possíveis interessados contem com tempo hábil para a elaboração de suas propostas, com vistas a dar pleno cumprimento ao disposto no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93;

Portanto, a retificação do respectivo edital deve vir acompanhada de nova data de sessão pública para recebimento da proposta, obedecendo os prazos previstos em lei para a publicidade da licitação na modalidade selecionada, qual seja, Pregão Eletrônico.

Diante das razões apresentadas e devidamente fundamentadas, que seja apreciado o mérito diante do arsenal legal disposto pela legislação colecionada sobre a matéria.”

### 3 – DA NATUREZA JURÍDICA DO SESC

Inicialmente, cabe ressaltar que o Sesc não é entidade pública, por conseguinte, não é integrante da Administração Pública, seja ela direta ou indireta. Trata-se de Instituição de direito privado sem qualquer vinculação ao Estado, criada em 13/09/1946 por meio do Decreto-Lei nº 9.853, com objetivo de contribuir para a qualificação do mercado pela formação e valorização do trabalhador, tendo como escopo, ainda, a assistência social nas áreas de educação, saúde, cultura, esporte e lazer.

Aliás, além de estar previsto no artigo 2º do Decreto-Lei nº 9.853 de 13/09/1946, de forma expressa, que o Sesc possui personalidade jurídica de direito privado, a própria Constituição Federal/1988, em seu artigo 240, dispõe que os serviços sociais autônomos e de formação profissional vinculados ao sistema sindical são instituições privadas, e não públicas, como equivocadamente está sendo enquadrado.

**Destarte, importante salientar que, em matéria de licitações para contratações de prestadores de serviços ou fornecedores, o Sesc em Minas se sujeita às regras estabelecidas pelo Regulamento de Licitações e Contratos próprio, consolidado pela Resolução nº 1.252/2012, de 06/06/2012, do Conselho Nacional do Sesc, e não à Lei Federal nº 8.666/93 e outras aplicáveis à Administração Pública.**

Neste aspecto, importante, ainda, salientar que a validade e eficácia dos procedimentos que envolvem as licitações e contratos no Sesc não são vinculados e determinados pela Lei Federal de Licitações. Não se interpreta extensivamente ao Sesc os deveres, limites, proibições a que a Administração Pública se sujeita, admitindo-se, no que couber, a observância dos princípios gerais da administração pública. Sobre isso, já manifestou o Tribunal de Contas da União em uma de suas decisões:

**As Entidades do Sistema “S” não são alcançadas pelo art. 1º da Lei 8.666/93. (AC 3362/2009-1ª Câmara). Os Serviços Sociais Autônomos, por não estarem incluídos na lista de entidades enumeradas no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 8.666/1993, não estão sujeitos à estrita observância dessa Lei, mas sim a seus regulamentos próprios** devidamente publicados, os quais devem se pautar nos princípios gerais do processo licitatório, devendo, contudo, ser consentâneos com os princípios constantes do art. 37, caput, da Constituição Federal e seguir os princípios gerais relativos à administração pública. (sem destaques no original).

Vê-se, assim, que ao contrário do pretendido na impugnação ao Edital – Pregão Eletrônico nº 0078/2019, não são de aplicação direta no caso em tela a Lei nº 8.666/93, dentre outras normas voltadas à Administração Pública.

Ultrapassadas as questões afetas à natureza jurídica do Sesc em Minas e as normas a que se sujeita, passa-se à análise do mérito.

#### **4 – DA ANÁLISE**

Conforme alhures posto, pugna a Impugnante pela retificação do edital, a fim de adequar as cláusulas de qualificação técnica e a inclusão da exigência de qualificação econômico-financeira.

Pois bem, cabe ressaltar, que segundo as premissas do Regulamento de Licitações e Contratos do Sesc, têm-se que as licitações no âmbito da instituição têm como objetivo a

seleção da proposta mais vantajosa e a garantir a legitimidade, a eficiência e a objetividade da aplicação dos recursos do Sesc, bem como o alcance de suas finalidades institucionais.

Assim, cumprirá ao edital traçar em seu corpo, dentre outras diretrizes, aquelas imprescindíveis à aferição da habilitação dos licitantes, de forma que, uma vez preenchidos, presumir-se-á a aptidão do licitante para executar o contrato. Somente desta forma será garantido um julgamento objetivo e isonômico, sem deixar margens a avaliações subjetivas.

As sugestões da impugnante são excessivas e podem limitar e restringir a participação de empresas que atendam ao objeto e que possuam o mínimo exigido e necessário para a execução do contrato, em consonância a área técnica gestora do pretense contrato manifestou *“Os itens exigidos para Qualificação Técnica foram analisados e definidos pela área técnica a fim de buscar a contratação de uma empresa que tenha a capacidade técnica para atender o escopo da licitação, mas que esta exigência também não restrinja a concorrência na fase de Licitação.”*

E o fato de não se exigir referidos documentos repousa na vedação legal.

A redação do art. 12 da Resolução 1252/2012 é clara ao prescrever que:

Para habilitação nas licitações **poderá**, observado o disposto no parágrafo único, ser exigida dos interessados, no todo ou em parte, conforme se estabelecer no instrumento convocatório, documentação relativa a:

...

II - qualificação técnica:

- a) registro ou inscrição na entidade profissional competente;
- b) documentos comprobatórios de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação;
- c) comprovação de que recebeu os documentos e de que tomou conhecimento de todas as condições do instrumento convocatório;
- d) prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso. (grifos nossos)

...

Nesse sentido, é o entendimento do próprio Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais:

“DENÚNCIA. LICITAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL. [...] Entende-se não caber razão à Denunciante quanto à alegação em tela, vez que o disposto constante no caput do art. 31 da Lei n. 8666/93 **limita, e NÃO OBRIGA**, a Administração a exigir apenas os

documentos ali descritos. Ou seja, os artigos 30 e 31 da Lei n. 8.666/93 utilizam a expressão “limitar-se-á”, o que não imprime obrigatoriedade da exigência de documentos, mas, sim, “dá um parâmetro máximo à DISCRICIONARIEDADE da Administração Pública que, pautada em critérios de conveniência e oportunidade, decidirá se irá ou não exigir a documentação relativa à qualificação técnica e qualificação econômico-financeira conforme o caso concreto.” [DENÚNCIA n. 1041589. Rel. CONS. SUBST. VICTOR MEYER. Sessão do dia 01/10/2020. Disponibilizada no DOC do dia 27/10/2020] (grifos nossos).

“DENÚNCIA. PREFEITURA MUNICIPAL. PREGÃO PRESENCIAL. REGISTRO DE PREÇOS. [...] 1. Para a qualificação técnica dos licitantes a Administração PODE EXIGIR comprovação de requisitos previstos em lei especial, nos termos do art. 30, IV, da Lei n. 8.666/93, observando, contudo, que a capacitação dos concorrentes deve guardar conformidade com o desempenho da atividade objeto da licitação, consoante disposição do inciso II do art. 30 da citada lei.” [DENÚNCIA n. 1058475. Rel. CONS. DURVAL ANGELO. Sessão do dia 22/09/2020. Disponibilizada no DOC do dia 06/10/2020] (grifos nossos).

Na modalidade Pregão, especialmente, a exigência de requisitos de habilitação deve ser restrita ao indispensável, como bem acentuou o Professor Marçal Justen Filho:

“Não se olvide que adotar requisitos complexos para habilitação importaria, na sistemática do pregão, dar oportunidade a uma litigiosidade indesejável. A inversão de fases de habilitação e julgamento destina-se a agilizar o certame. Tendo obtido oferta satisfatória, seria extremamente problemático remeter a Administração a uma desgastante disputa acerca da idoneidade do licitante. Lembre-se que restringir o cabimento do pregão ao fornecimento de bens e serviços comuns significa, em última análise, reconhecer a desnecessidade de requisitos de habilitação mais severos. Ou seja, não foi casual a reserva do pregão apenas para bens e serviços comuns. Como esses bens estão disponíveis no mercado, segundo tendência padronizadas, presume-se não apenas a desnecessidade de maior investigação acerca do objeto. Também se pode presumir que serviços comuns não demandam maior especialidade do fornecedor. Logo, os requisitos de habilitação podem ser os mínimos possíveis”. (Em “Pregão Comentários à Legislação do Pregão Comum e Eletrônico”, Ed. Dialética, 2001, p. 77). (grifos nossos).

Ante tais considerações, entendemos que não há ilegalidade no Edital, mantendo o entendimento contido no atual instrumento convocatório.

## 5 – DA DECISÃO

Isto posto, **CONHEÇO** da impugnação apresentada, e no mérito **NEGO-LHE PROVIMENTO**, desse modo, mantendo o referido edital inalterado.

**Daniela Cristina Alves de Faria da Silva**  
**Comissão Permanente de Licitação do Sesc em Minas**